



Revista de Contabilidade e Organizações
ISSN: 1982-6486
rco@usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

ALVES MELO, FRANCISCO MATHEUS; RODRIGUES PONTE, VERA MARIA; COLARES OLIVEIRA,
MARCELLE

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE EVIDENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES AVANÇADAS E NÃO-
OBRIGATÓRIAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 1, núm. 1, setiembre-diciembre, 2007, pp. 30-42

Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235217160004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE EVIDENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES AVANÇADAS E NÃO-OBRIGATÓRIAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

ANALYSIS OF THE PRACTICE OF DISCLOSURE OF ADVANCED INFORMATION AND NON-MANDATORY IN ACCOUNTING STATEMENTS OF BRAZILIAN COMPANIES

FRANCISCO MATHEUS ALVES MELO
 Graduando em Ciências Contábeis da
 Universidade de Fortaleza
 E-mail: matheus_kmelo@hotmail.com

VERA MARIA RODRIGUES PONTE
 Doutora em Controladoria e Contabilidade pela
 Universidade de São Paulo
 Professora Titular da Faculdade de Economia,
 Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado
 e Executivo da Universidade do Ceará
 E-mail: veraponte@unifor.br

MARCELLE COLARES OLIVEIRA
 Doutora em Controladoria e Contabilidade pela
 Universidade de São Paulo
 Professora Titular do Centro de Ciências Administrativas da
 Universidade de Fortaleza
 E-mail: marcellecolares@fortalnet.com.br

Resumo

O mercado globalizado prioriza as empresas dispostas a mostrar transparência nas demonstrações contábeis. Assim, o meio científico tem dado atenção especial ao tema *disclosure*. Este estudo busca contribuir para tal debate ao responder ao seguinte questionamento: Quais as informações de natureza avançada e não-obrigatória evidenciadas pelas empresas no Brasil? Trata-se de uma pesquisa exploratória/ descriptiva, em que se realiza estudo bibliográfico e documental, investigando as demonstrações contábeis de 117 empresas brasileiras referentes ao exercício de 2006, amostra esta de natureza não-probabilística acidental. O referencial teórico que subsidia a análise das demonstrações contábeis das companhias pesquisadas concentra-se nos Pareceres de Orientação da CVM nº 15/87, 17/89, 19/90 e 24/92; no conteúdo da cartilha de governança corporativa; e no Projeto de Lei nº 3.741. A pesquisa revela que os índices de evidenciação ainda se encontram em níveis abaixo do almejado pela sociedade e demonstra que as empresas dos setores de serviços públicos e telecomunicações têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis no Brasil.

Palavras-chave: evidenciação; demonstrações contábeis; *disclosure*.

Abstract

The global market prioritizes companies willing to show transparency in accounting statements. Thus, the scientific world has given special attention to the issue disclosure. This study seeks to contribute to this debate to respond to the following question: What kind of advanced information and non-mandatory highlighted by companies in Brazil? This is an exploratory search-descriptive, which was held bibliographic study and documentary, is investigating the accounting statements of 117 Brazilian companies for the financial year 2006, sample this kind of non-probabilistic accidental. The benchmark that subsidized the theoretical analysis of the accounting of the companies surveyed were the opinions of the Guidance CVM n. 15/87, 17/89, 19/90 and 24/92, the contents of the booklet of corporate governance and the draft Law No 3,741. The research shows that the indices of highlighting are still at levels below the desired by society. The study shows that businesses of the sectors of public services and telecommunications have much to move towards transparency and quality of disclosure of the accounting in Brazil.

Key words: finance statements, accounting, disclosure.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a evidenciação de informações contábeis ainda é bastante tímida, isto é, poucas são as empresas que disponibilizam esclarecimentos maiores aos seus usuários. Pode-se afirmar ainda que a maioria das entidades prefere seguir as determinações fiscais em detrimento de orientações que privilegiam a boa prática de elaboração e evidenciação de informações contábeis, como os princípios contábeis e a própria Lei das Sociedades por Ações, no que estes conflitam com aquelas.

A literatura pondera que algumas razões desse comportamento são as dificuldades em avaliar informações qualitativas e o temor de fornecer informações demais que favoreçam a concorrência.

Apesar dessa situação, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), os legisladores entre outros incentivam e orientam as empresas em respeito à evidenciação de informações avançadas e não-obrigatórias nas suas demonstrações contábeis.

Pode-se encontrar, além do apoio dessas entidades idôneas, a colaboração do mundo científico por meio de artigos e teses. Esses trabalhos buscam identificar quais são as informações que podem ser evidenciadas sem que as empresas se arrisquem em favorecer a concorrência à medida que transmitem segurança aos seus possíveis investidores e demais *stakeholders*.

Segundo a tendência do mundo científico, este trabalho tem por objetivo contribuir com o debate sobre *disclosure*, para responder ao seguinte questionamento: Quais as informações de natureza avançada e não-obrigatória evidenciadas pelas empresas no Brasil?

Essas informações, investigadas através de pesquisa nas demonstrações contábeis de amostra não-probabilística acidental, referem-se ao exercício de 2006.

O trabalho tem por objetivos específicos apresentar revisão da literatura acerca da prática de evidenciação de informações contábeis; caracterizar aquelas consideradas avançadas e não-obrigatórias; e pesquisar o grau de evidenciação dessas informações pelas empresas brasileira.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A Contabilidade é uma ciência voltada para a disponibilização de informações econômico-financeiras importantes de uma empresa para as tomadas de decisão dos seus usuários. Entre outros motivos, por causa dessa procura de informações por parte dos fornecedores, gerentes, bancos, governo e clientes, as entidades evidenciam suas demonstrações contábeis.

Atualmente, vive-se em um mundo globalizado em que a concorrência entre as empresas é alta. Os investidores, bancos e clientes exigem, cada vez mais, maior transparência por parte das empresas. Como afirmam Beuren e Gallon (2006, p.1):

devido à volatilidade e dinamismo do mercado de capitais em todo o mundo, o processo de divulgação das informações sobre a gestão, aos usuários externos, é fator preponderante para a sobrevivência das empresas. Quantidade e qualidade maior na divulgação das informações contábeis, de maneira oportuna e uniforme para todo o mercado, além de proporcionar credibilidade aos gestores junto ao mercado de capitais, harmonizam igualdade de direitos entre os acionistas.

Uma ferramenta para adaptar a contabilidade de uma empresa ao mundo moderno é a evidenciação (ou *disclosure*). Segundo Iudíibus (2000, p.121), evidenciação:

[...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Quinteiro (2004, p. 1) concorda com os demais autores ao afirmar que “a evidenciação de informações contábeis relevantes reduz a assimetria de informações no mercado e, conseqüentemente, o risco de os investidores cometerem erros em suas decisões, aumentando a atração de capitais”.

Como mostram os estudos feitos por Costa, Goldner e Galdi (2007, p. 1), seria possível concluir que existe uma relação inversamente proporcional entre a qualidade das informações evidenciadas e a diferença das informações que os usuários internos recebem em relação aos externos.

O mercado de investidores está interessado na transparência das entidades, independentemente se as perspectivas e os dados delas sejam negativos ou positivos. O verdadeiro intuito da *disclosure* é mostrar informações relevantes que possam transmitir segurança e confiança àqueles que pretendem investir em uma empresa. Seguindo esse argumento defendido por Lima *et al* (2007), existe uma divergência doutrinária quanto à origem que a evidenciação de informação relevante possa ter, mas todas as correntes concordam que o objetivo é atrair recursos externos. A primeira corrente defende que a falta de liquidez de uma empresa e o desinteresse de investidores podem causar a divulgação de informações. A segunda explica que o fato gerador seria o maior nível de *disclosure* para diminuir os riscos estimados pelos investidores.

Na ótica de Eisenhardt (apud COSTA; GOLDNER; GALDI 2007, p. 2) pode-se perceber a falta de iniciativa das empresas para declarar informações por causa do conflito de agência, isto é, objetivos divergentes entre sócios majoritários e minoritários e diferenças entre a empresa e o objetivo de seus investidores. Além disso, há um gasto elevado para apurar se as informações estão de acordo com os interesses de todas as partes citadas. As soluções sugeridas pelos autores para esses problemas são: contratos eficientes que estipulem a divulgação de informações relevantes aos usuários internos e externos; criação do Conselho de administração; e utilização de informações intermediárias para informar qualquer abuso da gerência quanto aos recursos da empresa.

Beattie (apud SILVA, 2007, p. 6) desenvolveu um trabalho científico demonstrando que houve um aumento recente do interesse das organizações por evidenciar mais. Estas não se satisfaziam mais com o modelo contábil tradicional, tendo em vista que não atende às necessidades da maioria dos usuários.

Para Dantas, Zendersky e Niyama (apud PONTE; OLIVEIRA; MOURA 2007, p. 3), *disclosure* é uma via de mão dupla, uma vez que tanto a entidade como seus usuários externos são beneficiados. Essa prática reflete na valorização da organização, logo que há um aumento de confiabilidade dela perante seus credores e investidores, os quais, por sua vez, aumentarão a liquidez de suas ações e reduzirão o custo do capital. Dutra e Busato (apud PONTE; OLIVEIRA; MOURA, 2007) apresentam também na pesquisa a conclusão obtida no estudo quanto à exigência das normas brasileiras, que não se encontrarem no mesmo nível das normas americanas (US-GAAP e IFRS) e à falta de uniformidade das informações divulgadas, o que, em certos casos, impossibilita a avaliação por conta da insuficiência de dados.

Há estudos científicos, tais como os realizados pelos autores Ponte, Oliveira e Moura (2007), Mendes-da-Silva (2006), Malacrida e Yamamoto (2005), Milani Filho (2007), Rogers, Ribeiro e Securato (2006) e Beuren e Gallon (2006), que buscam maiores conhecimentos sobre o tema evidenciação. Inclusive, existem estudos tentando comprovar a inclusão de uma ferramenta da vida moderna, a Internet, como mais uma forma de

disseminação voluntária de informações financeiras e de práticas de governança corporativa, isto é, novos meios de evidenciar as demonstrações contábeis. Mendes-da-Silva (2006, p.1), um dos pesquisadores sobre a influência da Internet no *disclosure*, afirma:

[...] em mercados mais desenvolvidos que o brasileiro, cada vez mais, as grandes companhias abertas estão utilizando a *Web* para uma aproximação maior com seus acionistas, analistas, e investidores. Ao democratizar o acesso a informações financeiras e relatórios úteis ao mercado, a empresa está preservando um dos requisitos basilares da boa governança corporativa, a transparência (*disclosure*), além de colaborar para a equidade no tratamento dos proprietários.

Existem também estudos que tentaram traçar o perfil das empresas que evidenciaram informações relevantes, como por exemplo, a pesquisa de Costa, Goldner e Galdi (2007, p. 9), que concluiu que as empresas que atingiam um nível maior de *disclosure* possuíam certo perfil que tinha algumas características comuns, tais como emitir um maior número de ações; ter um Conselho de administração independente; e ser de grande porte.

Silva (2007) desenvolveu um artigo científico explorando um campo da evidenciação em um setor inusitado, o dos clubes de futebol. O autor constatou uma proporcionalidade entre o nível de evidenciação, o desempenho financeiro e o campeonato dos clubes desportivos.

As informações contábeis de caráter obrigatório são aquelas cuja declaração é prevista de acordo com a Lei nº 6404/76 (lei das sociedades anônimas). Caracterizam-se por compor o mínimo de informações disponibilizadas pelas empresas, compreendendo as demonstrações contábeis tradicionais (balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados ou demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração das origens e aplicações de recursos) e suas suplementações no relatório da administração e nas notas explicativas.

As informações avançadas e não-obrigatórias estão apresentadas nos Pareceres de Orientação nºs 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM, que se dedicam basicamente ao relatório da administração e servem apenas como recomendações. Essas informações abordam os seguintes temas:

- a) descrição dos negócios, produtos e serviços;
- b) comentários sobre a conjuntura econômica geral;
- c) recursos humanos;
- d) investimentos;
- e) pesquisa e desenvolvimento;
- f) novos produtos e serviços;
- g) proteção ao meio ambiente;
- h) reformulações administrativas;
- i) investimentos em controladas e coligadas;
- j) direitos dos acionistas e dados de mercado; e
- k) perspectivas e planos para o exercício em curso e os vindouros.

A CVM retomou o assunto no Parecer de Orientação nº 24/92, acrescentando que seria relevante a divulgação de informações quanto a assuntos que apresentassem as seguintes características:

- Demonstrações complementares (demonstração de fluxo de caixa e demonstração de valores adicionais);

- notas explicativas sobre o valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez e resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas;
- maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas separadamente e em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei; e
- maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas separadamente, contendo as contas e valores legalmente exigidos.

Outra iniciativa nesse sentido é a Cartilha de Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa, que no tocante à informação contábil sugere a elaboração e divulgação da DFC e de Demonstrações Contábeis segundo as normas internacionais de contabilidade promulgadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ou utilizadas nos Estados Unidos da América (*United States Generally Accepted Accounting Principles-US GAAP*).

Ponte, Oliveira e Moura (2007, p. 6) ainda mencionam como parâmetro de evidenciação o Projeto de Lei nº 3.741/2000, que reformaria a atual Lei nº 6404/1976, a qual trata das exigências legais das empresas. De acordo com esses autores as alterações propostas seriam baseadas nas recomendações da instituição americana *International Accounting Standards Board (IASB)*, cujos respaldos e modelos são mais uniformes. Por consequência disso, seriam melhores o nível de evidenciação e a confiabilidade das informações fornecidas pelas entidades brasileiras. Se aprovado este PL, as demonstrações do fluxo de caixa, do valor adicionado e das mutações do patrimônio líquido passarão a ter sua evidenciação obrigatória.

Outro advento na realidade brasileira que auxiliou a mensuração qualitativa das informações evidenciadas pelas empresas do país foi a criação de três níveis de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) pela Bovespa. Cada nível tem um grau de exigência de informações que devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis das empresas envolvidas no novo projeto da Bovespa. Nos regulamentos de governança corporativa desses níveis, a Bovespa solicita a divulgação da DFC e de informações segundo as normas internacionais de contabilidade do IAS/IFRS ou USGAAP.

2 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou uma pesquisa exploratório-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica, para levantamento das orientações legais e regulamentares específicas sobre a divulgação de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas brasileiras; e uma pesquisa documental, para levantamento e análise das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas.

A base bibliográfica limitou-se a artigos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Administração (ENANPAD), nos Congressos da Universidade de São Paulo (USP) de Controladoria e Contabilidade e nos Congressos da USP de Iniciação à Pesquisa.

A pesquisa documental compreendeu o estudo daquilo que fora observado na teoria levantada na pesquisa bibliográfica. Para a concretização desse estudo, buscaram-se demonstrações contábeis de empresas que atuam no mercado nacional, publicadas em jornais de amplitude nacional, nos quais voluntariamente as organizações divulgam aos usuários externos as informações referentes ao exercício findo. A partir da definição dos meios de pesquisa, especificaram-se os jornais que seriam tomados como referência, a

“Gazeta Mercantil” e o “Valor Econômico”. Restringiu-se a coleta às demonstrações contábeis do exercício de 2006.

A metodologia compreendeu a leitura dos relatórios de administração e das notas explicativas em busca de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias de acordo com os pareceres de orientação nºs 15/87, 17/89, 19/90 e 24/92 da CVM; do Projeto de Lei nº 3.741/2000; e da Bovespa. Os dados coletados e analisados foram tabelados e submetidos ao software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 12.0.

3 RESULTADOS

Durante a elaboração do referencial teórico, teceram-se comentários sobre os incentivos à divulgação de informações avançadas e não-obrigatórias. A partir dos pareceres de orientação da CVM nºs 15/87, 17/89 e 19/90, formularam-se critérios de avaliação qualitativa dos relatórios da administração e das notas explicativas que deram origem às tabelas 1, 2, 3 e 4 e respectivas análises que as seguem.

Tabela 1: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação, no Relatório da Administração, dos itens recomendados nos Pareceres de Orientação da CVM

Item	2006	
	nº	%
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	70	59,8
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores relevantes sobre o desempenho da companhia	65	55,5
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundo de segurança e outros planos sociais	43	36,7
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	63	53,8
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	34	29,1
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	32	27,3
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	34	29,1
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	28	23,9
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	33	28,2
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsa de valores	47	40,2
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantitativa	37	31,6

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

A análise da evidenciação, no Relatório da Administração, dos itens recomendados pelo Parecer de Orientação n° 15/87 da CVM, foi sintetizada em quatro classes, levando-se em consideração as faixas de evidenciação:

- Itens divulgados por **100%** a **76%** das empresas: nenhum;
- itens divulgados por **75%** a **51%** das empresas: três (A, B e D);
- itens divulgados por **50%** a **26%** das empresas: oito (C, E, F, G, H, I, J e K); e
- itens divulgados por **25%** a **1%** das empresas: nenhum.

Os itens que obtiveram um maior número de divulgação pelas empresas, ou seja, os itens A, B e D, estão relacionados à desenvoltura das entidades, à conjuntura econômica e aos investimentos relacionados. Esses dados são geralmente evidenciados por causa das organizações buscarem explicações para um resultado negativo ou transmitirem confiabilidade dos investidores quanto ao futuro da empresa.

Com relação aos itens sobre direito dos acionistas, de recursos humanos e de perspectivas, causa estranheza o resultado observado. Quanto ao primeiro item, deveria haver maior número de *disclosure*, já que é obrigatório pela lei das sociedades anônimas. Quanto aos demais, tratam-se de temas de interesse geral, e portanto adequados à divulgação.

O resultado baixo dos demais itens pode ser justificado pela possibilidade deles serem declarados nas Notas Explicativas ou porque os pareceres da CVM são considerados como simples orientadores.

Tabela 2: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação, nas Notas Explicativas, dos itens recomendados nos Pareceres de Orientação da CVM

Item	2006	
	nº	%
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	91	77,8
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores relevantes sobre o desempenho da companhia	22	18,8
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundo de segurança e outros planos sociais	21	17,9
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	79	67,5
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	8	6,8
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	7	6,0
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	4	3,4
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	50	42,7
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	73	62,4
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsa de valores	102	87,2
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantitativa	19	16,2

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa.

Levando-se em consideração a faixa de evidenciação, os resultados também foram sintetizados em quatro classes:

- Itens divulgados por 100% a 76% das empresas: dois (A e J);
- itens divulgados por 75% a 51% das empresas: dois (D e I);
- itens divulgados por 50% a 26% das empresas: um (H); e
- itens divulgados por 25% a 1% das empresas: seis (B, C, E, F, G e K).

Na comparação das informações avançadas e não-obrigatórias das demonstrações contábeis encontradas nas Notas Explicativas com aquelas informadas no Relatório da Administração, constata-se que nas primeiras houve um maior número de empresas que declararam os itens A, D, H e I.

A Tabela 3, por sua vez, não levou em consideração o documento onde foi evidenciada a informação. Independentemente de ter sido no Relatório da Administração ou nas Notas Explicativas, focou-se, neste caso, na divulgação ou não da informação avançada e não-obrigatória. Mesmo assim, nota-se que os itens E, F e G possuem índices baixos; o que

pode inferir o desinteresse da maioria das empresas em colocar esses itens no seu *disclosure*. Além disso, cerca de 7% das entidades pesquisadas sequer descrevem seus negócios, produtos e serviços.

Tabela 3: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação, no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas, dos itens recomendados nos Pareceres de Orientação da CVM

Item	2006	
	nº	%
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	109	93,2
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores relevantes sobre o desempenho da companhia	75	64,1
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundo de segurança e outros planos sociais	50	42,7
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	96	82,1
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	34	29,1
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	37	31,6
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	36	30,8
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	58	49,6
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	76	64,9
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsa de valores	110	94,0
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantitativa	50	42,7

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

A seguir são conferidos os resultados da Tabela 4 de acordo com o Parecer de Orientação n° 24/92 da CVM; a cartilha de governança corporativa; e o projeto de reforma de lei das sociedades anônimas.

Tabela 4: Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidenciação, conforme o Parecer de Orientação nº 24/92 da CVM; a cartilha de governança corporativa; e o anteprojeto de reforma da Lei das S/A

Item	2006	
	Nº	%
L) Demonstração de Fluxo de Caixa	43	36,7
M) Demonstração do Valor Adicionado	32	27,3
N) notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez	22	18,8
O) notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas	50	42,7
P) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei	36	30,8
Q) elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, mesmo quando os investimentos em controladas não atingirem 30% do seu patrimônio líquido, conforme previsto no artigo 249 da Lei nº 6404	42	35,9
R) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos	18	15,4
S) projetos sociais	50	42,7

FONTE: Elaborada pelos autores com dados da pesquisa

Para um melhor entendimento, o resultado da Tabela 4 foi sintetizado em quatro classes:

- Itens divulgados por 100% a 76% das empresas: nenhum;
- itens divulgados por 75% a 51% das empresas: nenhum;
- itens divulgados por 50% a 26% das empresas: seis (L, M, O, P, Q e S); e
- itens divulgados por 25% a 1% das empresas: quatro (N, R, T e U).

Constata-se que os itens L e M, referentes às demonstrações de fluxo de caixa e de valor adicionado, seguiram o resultado esperado. Devido à relevância desses itens, as empresas começaram a lhes dar a devida atenção.

O resultado contraditório está nos índices da divulgação de projetos sociais, os quais mais de 42% das empresas declararam.

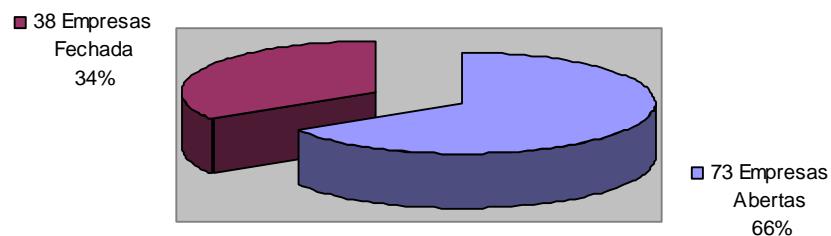
Milani Filho (2007, p. 14), ao concluir nos seus estudos sobre a veracidade das *disclosure* social divulgadas, diz que:

[...] dentre as práticas de Responsabilidade Social destacam-se as ações direcionadas à comunidade, pode-se questionar a pertinência de se classificar empresas como socialmente responsáveis quando essas não evidenciam investimentos sociais. Quando as organizações apresentam reduzidos níveis de *disclosure* social, gera-se assimetria informacional entre a empresa e suas diferentes partes relacionadas, colocando-se em dúvida o grau de comprometimento social corporativo.

Para contribuir com as análises e o entendimento dos resultados desta pesquisa, investigou-se a formação do capital das empresas cujas demonstrações contábeis fizeram parte da amostra. Conforme o Gráfico 1, das 117 demonstrações contábeis pesquisadas, 73

pertencem a sociedades anônimas de capital aberto; e 38 a sociedades anônimas de capital fechado.

Gráfico 1: Formação do capital das empresas pesquisadas

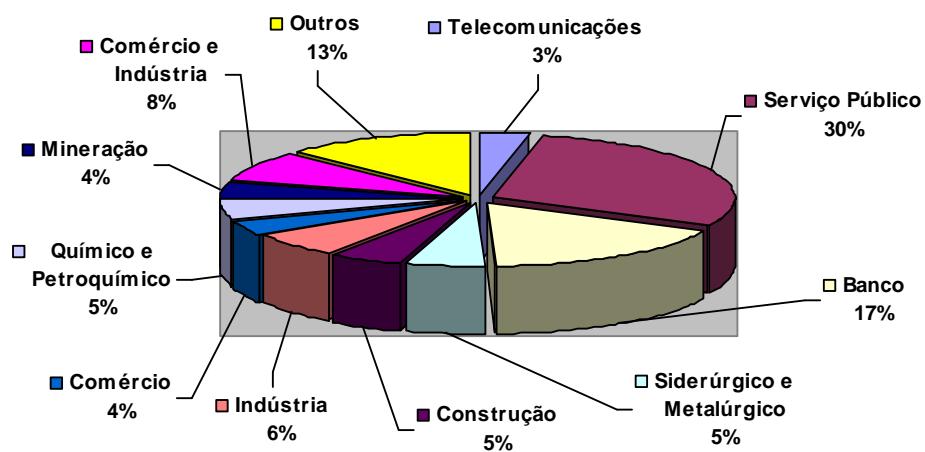


FONTE: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Ainda, para completar esta análise, o Gráfico 2 mostra a porcentagem das empresas pesquisadas segundo os setores em que atuam. Os setores de serviço público e de bancos compõem praticamente 50% da amostra; o que reflete a importância da transparência para a conquista de investimentos e reforça o interesse do público em geral para esses setores.

Gráfico 2: Setores de atuação das empresas pesquisadas

RCO - Revista de Contabilidade e Organizações, v. 1, n. 1, p. 31 - 43, set./dez. 2007



FONTE: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados levantados, com relação aos 21 itens estudados nesta pesquisa, podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- Itens divulgados por 100% a 76% das empresas: três;
- itens divulgados por 75% a 51% das empresas: dois;
- itens divulgados por 50% a 26% das empresas: 12; e
- itens divulgados por 25% a 1% das empresas: quatro.

Todavia, esses índices ainda encontram-se em níveis de transparência nos negócios abaixo do almejado pelas sociedades, pois apenas cinco itens encontram-se em um grau de divulgação entre 51% a 100%. Os 16 itens restantes encontram-se em um grau de divulgação entre 1% e 50%

Os resultados do estudo levam a concluir que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis. Mesmo assim, revelam a mobilização dos setores estudados para satisfazer os anseios da sociedade pela adoção de boas práticas de governança corporativa.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria; GALLON, Alessandra Vasconcelos. *Análise do conteúdo da evidenciamento nos Relatórios da Administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2006. 1 CD-ROM.
- COSTA, Fábio Moraes da; GOLDNER, Fábio; GALDI, Fernando Caio. *Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de et al. *Influência do “disclosure” voluntário no custo de capital de terceiros*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.
- MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. *Governança Corporativa: Nível de Evidenciamento das Informações e sua Relação com a Volatilidade das Ações do Ibovespa*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 29., 2005, Brasília. Anais ... Brasília, 2005. 1 CD-ROM.
- MENDES-DA-SILVA, Wesley. *Disseminação Voluntária de Informações Financeiras e Práticas de Governança Corporativa em “Websites” Corporativos: Um Estudo Empírico com Empresas Listadas na Bovespa*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 30., 2006, Salvador. Anais ... Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. *Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares; MOURA, Héber José de. *Análise das práticas de evidenciação de informações avançadas e não-obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.

QUINTEIRO, L. G. L. *A relação entre a evidenciação de informações contábeis e a volatilidade dos retornos das ações no Brasil*. In: CLADEA, 39., 2004, República Dominicana. Anais ... República Dominicana: CLADEA, 2004.1 CD-ROM.

ROGERS, Pablo; RIBEIRO, Kárem Cristina de Sousa; SECURATO, José Roberto. *Governança Corporativa, Mercado de Capitais e Crescimento Econômico no Brasil*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, ENANPAD, 30., 2006, Salvador. Anais ... Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

SILVA, José Antônio Felgueiras da. *A transparência das demonstrações financeiras em organizações desportivas: um estudo da evidenciação contábil em clubes de futebol*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007. 1 CD-ROM.

ENDEREÇO DOS AUTORES

Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Economia Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado e Executivo
Av. da Universidade 2431 - Benfica
Fortaleza, CE - Brasil
60020-180

Universidade de Fortaleza
Centro de Ciências Administrativas
Mestrado Acadêmico Em Administração
Av. Washington Soares, 1321 - Edson Queiroz
Fortaleza, CE - Brasil
60811-905